

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

QUARTA-FEIRA
20 DE ABRIL DE 2022



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

LOCAV LOCADORA LTDA.

CNPJ Nº 08.422.480/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da LOCAV Locadora Ltda. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 31 de março de 2022. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 31.12.2021 | 31.12.2020 | Passivo | Nota | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-------------------------------|-------|------------|------------|--|------|------------|------------|
| Circulante: | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 37.726 | 48.766 | Fornecedores | | 28 | 58 |
| Contas a receber de clientes | | | | Obrigações fiscais e sociais | | 36 | 11 |
| - Partes relacionadas | 5 e 7 | 4.017 | 4.136 | Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social | | 381 | 114 |
| Impostos a compensar | | - | 266 | Obrigações com pessoal | | 17 | 19 |
| Outros créditos | 6 | 6 | 7 | | | 462 | 202 |
| | | 41.749 | 53.175 | Não Circulante: | | | |
| Não Circulante: | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | | | Partes Relacionadas | 7 | 10.110 | 25.103 |
| - Partes relacionadas | 5 e 7 | 7.843 | 4.839 | | | 10.110 | 25.103 |
| Imobilizado | 6 | 4.392 | 4.699 | Patrimônio Líquido: | | | |
| | | 12.235 | 9.538 | Capital social | 8 | 15.900 | 15.900 |
| | | 53.984 | 62.713 | Reservas de lucros | | 27.512 | 21.508 |
| | | | | | | 43.412 | 37.408 |
| | | | | | | 53.984 | 62.713 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva legal | Reservas de lucros retenção de lucros | Lucros acumulados | Total |
|----------------------------------|----------------|---------------|---------------------------------------|-------------------|--------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 15.900 | 3.180 | 16.194 | - | 35.274 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 2.134 | 2.134 |
| Destinação do resultado: | | | | | |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | 2.134 | (2.134) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 15.900 | 3.180 | 18.328 | - | 37.408 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 6.004 | 6.004 |
| Destinação do resultado: | | | | | |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | 6.004 | (6.004) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 15.900 | 3.180 | 24.332 | - | 43.412 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1. Objeto social: A LOCAV Locadora Ltda. (Companhia) é uma sociedade limitada, sediada à Rua Tibagi, nº 294, Centro, Curitiba, PR, constituída em 11 de outubro de 2006, tem por objetivo a atividade comercial de exploração do ramo de locação de veículos e máquinas novos e usados de sua propriedade, nacionais ou importados, sem utilização de mão-de-obra.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:

a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **d) Data de autorização das demonstrações contábeis:** As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2022. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Normas e interpretações emitidas e ainda não vigentes: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue: • 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1)/IAS 37); • 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • 1º de janeiro de 2022 - Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4)/IAS 16); • 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3); • 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8); • 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3 - Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos/exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado: É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do

instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos contas a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **d) Redução ao valor recuperável de não financeiros (impairment): Ativos não financeiros:** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **e) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime denominado Lucro Presumido. A base de cálculo compreende um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis. O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. **f) Provisões: (i) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **g) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida por ocasião da efetiva prestação de serviços, quando incorridas e auferidas e possam ser mensuradas de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **h) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

| | Vida útil estimada (Anos) | Saldo em 31.12.2020 | Custo aquisição | Depreciação acumulada | Aqui-sições | Baixa | Depreciação líquida no exercício | Residual em 31.12.2021 |
|--|---------------------------|---------------------|-----------------|-----------------------|-------------|-------|----------------------------------|------------------------|
| 6. Imobilizado | | | | | | | | |
| a) Movimentação do Imobilizado no ano de 2021 | | | | | | | | |
| Equipamentos de campo | 10 | 3.867 | (1.184) | 155 | (190) | (530) | 2.118 | |
| Veículos | 5 | 14.642 | (12.751) | 855 | (600) | 29 | 2.175 | |
| Equipamentos de oficina | 10 | 112 | (6) | 10 | - | (23) | 93 | |
| Instalações | 25 | 20 | (1) | - | (12) | (1) | 6 | |
| Total | | 18.641 | (13.942) | 1.020 | (802) | (525) | 4.392 | |
| b) Movimentação da depreciação acumulada no ano de 2021 | | | | | | | | |
| Equipamentos de campo | | (1.184) | 35 | (565) | | (530) | (1.714) | |
| Veículos | | (12.751) | 454 | (425) | | 29 | (12.722) | |
| Equipamentos de oficina | | (6) | 121 | (144) | | (23) | (29) | |
| Instalações | | (1) | - | (1) | | (1) | (2) | |
| Total | | (13.942) | 610 | (1.135) | | (525) | (14.467) | |
| c) Movimentação de baixa no ano de 2021 | | | | | | | | |
| Equipamentos de campo | | (190) | | 35 | | | (155) | |
| Veículos | | (600) | | 454 | | | (146) | |
| Equipamentos de oficina | | - | | 121 | | | 121 | |
| Instalações | | (12) | | - | | | (12) | |
| Total | | (802) | | 610 | | | (192) | |

| | Vida útil estimada (Anos) | Saldo em 31.12.2019 | Custo aquisição | Depreciação acumulada | Aqui-sições | Baixa | Depreciação líquida no exercício | Residual em 31.12.2020 |
|---|---------------------------|---------------------|-----------------|-----------------------|-------------|-------|----------------------------------|------------------------|
| Movimentação do Imobilizado no ano de 2020 | | | | | | | | |
| Equipamentos de campo | 10 | 1.064 | (1.064) | 2.803 | - | (120) | 2.683 | |
| Veículos | 5 | 13.403 | (12.963) | 1.637 | (398) | 212 | 1.891 | |
| Equipamentos de oficina | 10 | - | - | 112 | - | (6) | 106 | |
| Instalações | 25 | - | - | 20 | - | (1) | 19 | |
| Total | | 14.467 | (14.027) | 4.572 | (398) | 85 | 4.699 | |

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro por quota)

| | Nota | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|------|------------|------------|
| Receita operacional líquida | 9 | 10.155 | 3.561 |
| Custos operacionais | 10.a | (1.659) | (836) |
| Lucro bruto | | 8.496 | 2.725 |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | |
| Despesas administrativas | 10.b | (24) | - |
| Outros resultados operacionais | 11 | 428 | 172 |
| | | 404 | 172 |
| Resultado financeiro: | | | |
| Receitas financeiras | | 995 | 489 |
| Despesas financeiras | | (2.284) | (640) |
| | 12 | (1.289) | (151) |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | 7.611 | 2.746 |
| Contribuição social | 13 | (432) | (168) |
| Imposto de renda | 13 | (1.175) | (444) |
| Lucro líquido do exercício | | 6.004 | 2.134 |
| Lucro líquido do exercício por quota | 8.c | 0.3776 | 0.1342 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 6.004 | 2.134 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | 6.004 | 2.134 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|--|------------|------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | |
| Lucro líquido do exercício | 6.004 | 2.134 |
| Ajustes por: | | |
| Depreciação | 1.135 | 307 |
| Resultado na alienação de imobilizado | 192 | 29 |
| Variação monetária ativa | (8) | - |
| Lucro Ajustado | 7.323 | 2.470 |
| Diminuição (aumento) nas contas a receber de clientes | (2.885) | 2.401 |
| Diminuição (aumento) impostos a recuperar | 274 | (266) |
| Diminuição (aumento) impostos em outros créditos | 2 | (1) |
| Aumento (diminuição) fornecedores | (30) | 5 |
| Aumento (diminuição) salários, encargos e obrigações fiscais a pagar | 23 | (2) |
| Aumento (diminuição) de imposto de renda e contribuição social | 266 | (74) |
| Aumento (diminuição) outras contas a pagar | - | (40) |
| Caixa proveniente da aplicação nas operações | 4.972 | 4.493 |
| Recursos líquidos gerados das atividades operacionais | 7.976 | 4.493 |
| Fluxo de Caixa das atividades de investimento: | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | (1.020) | (4.595) |
| Recursos líquidos aplicados das atividades de investimento | (1.020) | (4.595) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento: | | |
| (Pagamento)/Recebimento de Partes relacionadas | (14.993) | 25.243 |
| Empréstimo/financiamento | - | (34) |
| Recursos líquidos aplicados (gerados) nas atividades de financiamento | (14.993) | 25.209 |
| (Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa | (11.040) | 25.106 |
| Demonstração do aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa: | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 48.766 | 23.660 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 37.726 | 48.766 |
| (Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa | (11.040) | 25.106 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|------------|------------|
| 4. Caixa e Equivalente de Caixa | | |
| Depósitos bancários à vista | 90 | 56 |
| Aplicações financeiras - renda fixa (f) | 37.636 | 48.710 |
| | 37.726 | 48.766 |

(f) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), mantidos em instituições financeiras de primeira linha, e apresentaram rentabilidade de 100,50% do CDI em 31/12/2021 (99,50% do CDI para 31.12.2020).

5. Contas a receber de clientes: Os saldos da conta de clientes estão assim distribuídos por origem:

| Por atividade | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---------------------------|------------|------------|
| Localção | 4.017 | 4.136 |
| Total circulante | 4.017 | 4.136 |
| Total não circulante | 7.843 | 4.839 |
| Total | 11.860 | 8.975 |
| Por vencimento | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Vencido mais que 180 dias | 7.843 | 4.839 |
| Vencido até 180 dias | 3.076 | 3.831 |
| A vencer até 30 dias | 941 | 305 |
| Total | 11.860 | 8.975 |

A Companhia adota como prática a provisão integral de contas a receber relacionados a contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades privadas referentes a contratos não encerrados não constitui provisão para perda esperadas.

LOCAV LOCADORA LTDA.

CNPJ Nº 08.422.480/0001-90

| | 31.12.2020 | | 31.12.2021 | | |
|---|---|---|--|---|---|
| | Depre- ciação acumulada em 31.12.2019 | Baixa depre- ciação acumu- lada (a) | Resul- tado com depre- ciação (b) | Depre- ciação líquida no exer- cício (a + b) | Depre- ciação acumulada em 31.12.2020 |
| Movimentação da depreciação acumulada no ano de 2020 | | | | | |
| Equipamentos de campo | (1.064) | - | (120) | (120) | (1.184) |
| Veículos | (12.963) | 392 | (180) | 212 | (12.751) |
| Equipamentos de oficina | - | - | (6) | (6) | (6) |
| Instalações | - | - | (1) | (1) | (1) |
| Total | (14.027) | 392 | (307) | 85 | (13.942) |

7. Partes Relacionadas: Representado basicamente por transações realizadas com os acionistas. As transações são efetuadas em condições usuais de mercado e não tiveram incidência de encargos e não possuem data de vencimento. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

| a) Operações com empresas ligadas | % de Parti- cipação | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|------------------------------------|------------------------|---------------|--------------|
| Contas a Receber de Cliente | | | |
| Construtora Queiroz Galvão | 50% | 10.216 | 8.834 |
| Engetec Construção e Montagem ... | - | 1.644 | 141 |
| | | 11.860 | 8.975 |

Passivo

| | | | |
|---|-----|---------------|---------------|
| Dividendos a pagar | | | |
| Queiroz Galvão Tecnologia em Defesa e Segurança | 50% | 4.112 | 4.112 |
| Outras contas a pagar | | | |
| Construtora Queiroz Galvão | 50% | 5.998 | 20.991 |
| | | 10.110 | 25.103 |

Receita

| | | | |
|-----------------------------------|-----|---------------|--------------|
| Construtora Queiroz Galvão | 50% | 5.948 | 3.696 |
| Engetec Construção e Montagem ... | - | 4.593 | - |
| | | 10.541 | 3.696 |

Os valores de contas a receber são referentes a contratos de locação, sobre esses valores não incidem encargos e não possuem data de vencimento.
b) Remuneração da administração: A Locav não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi reeleita em Assembleia Geral Extraordinária. Os diretores são todos empregados e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regidos pelas regras da CLT. **8. Patrimônio Líquido:**
a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em milhares de Reais é de R\$15.900 (quinze milhões e novecentos mil reais) divididos em 15.900.000 quotas, sem valor nominal.

| Sócias | Quotas | Valor | Partici- pação |
|--|-------------------|----------------------|-------------------|
| Construtora Queiroz Galvão S.A. ... | 7.950.010 | 7.950.010,00 | 50% |
| Queiroz Galvão Tecnologia em Defesa e Segurança Ltda. | 7.950.010 | 7.950.010,00 | 50% |
| Total | 15.900.000 | 15.900.000,00 | 100% |

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da lei nº 6.404/76, limitado a 20 % do saldo de capital social.
c) Reserva de retenção de lucros: A administração da Companhia foi informada pelos seus únicos dois acionistas de que estes deliberarão na Reunião de Diretoria pela retenção de todo o lucro do exercício, de forma que a proposta da administração e estas demonstrações contábeis não contemplam distribuição de dividendos, nos termos do art. 202, § 3º, II, da Lei 6.404/76.

| d) Resultado por quota | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 6.004 | 2.134 |
| Quantidade de cotas | 15.900.000 | 15.900.000 |
| Lucro por cotas | 0,38 | 0,13 |

| 9. Receita Operacional Líquida | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|--|------------|------------|
| Receitas bruta | 10.541 | 3.696 |
| Locações de veículos | (386) | (135) |
| (-) Impostos Incidentes (PIS e COFINS) | 10.155 | 3.561 |
| Total da receita líquida | | |

| 10. Custos e Despesas Administrativas | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| a) Custos | | |
| Custos de Pessoal | (241) | (252) |
| Custos c/ Serviços Prestados | (30) | (102) |
| Custos c/ Depreciação | (1.135) | (307) |
| Custos gerais | (253) | (175) |
| Total | (1.659) | (836) |

| | | |
|-----------------------------|------|-------|
| b) Despesas Administrativas | | |
| Despesas gerais | (24) | (235) |
| Total | (24) | (235) |

| 11. Outros Resultados Operacionais | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|------------|------------|
| Resultado na baixa do imobilizado | 415 | 171 |
| Receitas eventuais | 13 | 1 |
| | 428 | 172 |

| 12. Resultado Financeiro, líquido | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|--|------------|------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Varição monetária ativa sobre impostos | 8 | - |
| Rendimento aplicação financeira | 987 | 489 |
| | 995 | 489 |

| | | |
|---------------------------------------|---------|-------|
| Despesas Financeiras | | |
| Encargos sobre financiamentos | - | (1) |
| Outras despesas financeiras (i) | (2.284) | (639) |
| | (2.284) | (640) |
| Resultado financeiro líquido | (1.289) | (151) |

(i) Refere-se basicamente a IOF retido sobre as operações com partes relacionadas.
13. Imposto de Renda e Contribuição social: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

| CSLL | 1º tri- mestre | 2º tri- mestre | 3º tri- mestre | 4º tri- mestre | Total anual |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Faturamento bruto | 938 | 5.431 | 1.973 | 2.198 | 10.541 |
| Base para tributação (32%) | 300 | 1.738 | 631 | 704 | 3.373 |
| Outras receitas (100%) | 73 | 441 | 258 | 650 | 1.422 |
| Base para tributação | 373 | 2.179 | 889 | 1.354 | 4.795 |

| | 1º tri- mestre | 2º tri- mestre | 3º tri- mestre | 4º tri- mestre | Total anual |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| CSLL (9%) | 34 | 196 | 80 | 122 | 432 |
| CSLL Devida | 34 | 196 | 80 | 122 | 432 |
| IRPJ | | | | | |
| Faturamento bruto | 938 | 5.431 | 1.973 | 2.198 | 10.541 |
| Base para tributação (32%) | 300 | 1.738 | 631 | 704 | 3.373 |
| Outras receitas (100%) | 73 | 441 | 258 | 650 | 1.422 |
| Base para tributação | 373 | 2.179 | 889 | 1.354 | 4.795 |
| IR (15%) | 56 | 327 | 134 | 203 | 720 |
| Adicional 10% | 31 | 212 | 83 | 129 | 455 |
| IRPJ Devido | 87 | 539 | 217 | 332 | 1.175 |

14. Seguros: Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

| Modalidade | Data de vigência Início | Vencimento | Importância segurada |
|--|----------------------------|------------|-------------------------|
| Apólice de Frota - seguro automóvel | 05/07/2021 | 05/07/2022 | R\$ 3.100 |
| Total | | | R\$ 3.100 |

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

15. Gestão de Riscos Financeiros: a) **Considerações Gerais:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. b) **Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

| DIRETORIA | |
|--|--|
| Viviane dos Santos Saraiva | |
| Francisco de Souza Neto | |
| CONTADOR | |
| Pedro Ventura de Farias Junior – CRC-RJ 79.231/O-6 | |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Locav Locadora Ltda.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis Locav Locadora Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Locav Locadora Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Transações com partes relacionadas:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

 **Grant Thornton**

Grant Thornton Auditores Independentes
 CRC SP 025.583/O-1

Marcio Romulo Pereira
 CT CRC RJ 076774-O – 7



Anuncie suas
 atas e editais
 aqui, ligue:

(41) 3515-8731

 publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

**TRI
 BU
 NA**

Esta página faz parte
 da edição 100% digital
 produzida pelo jornal
Tribuna do Paraná

MARGEM COMPANHIA DE MINERAÇÃO



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Diretores da
Margem Companhia de Mineração
Curitiba – PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Margem Companhia de Mineração ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Margem Companhia de Mineração em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Margem Companhia de Mineração, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos

no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 17 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

| Balanço patrimonial em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) | | | | | | | |
|--|------|------------------|------------------|--|------|------------------|------------------|
| Ativos | Nota | 2021 | 2020 | Passivo | Nota | 2021 | 2020 |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 114.939 | 72.855 | Fornecedores | 13 | 87.359 | 45.604 |
| Contas a receber | 8 | 25.291 | 17.821 | Empréstimos e financiamentos | 14 | 125.049 | 197.547 |
| Estoques | 9 | 75.258 | 38.217 | Salários e encargos sociais | | 5.764 | 4.611 |
| Impostos a recuperar | 10 | 18.559 | 19.585 | Impostos a recolher | 16 | 3.588 | 2.537 |
| Instrumentos derivativos | 25 | - | 10.409 | Adiantamentos de clientes | | 217 | 715 |
| Outras contas a receber | | 11.298 | 2.981 | Arrendamento mercantil | 15 | 3.041 | 3.588 |
| | | <u>245.345</u> | <u>161.868</u> | Instrumentos derivativos | 25 | 2.151 | - |
| | | | | Outras contas a pagar | 17 | 17.511 | 13.281 |
| | | | | | | <u>244.680</u> | <u>267.883</u> |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Impostos a recuperar | 10 | 42.072 | 47.298 | Empréstimos e financiamentos | 14 | 128.609 | 147.050 |
| Impostos diferidos | 22 | - | 14.222 | Arrendamento mercantil | 15 | 1.175 | 168 |
| Outras contas a receber | | 756 | 1.018 | Impostos a recolher | 16 | 161.778 | 110.949 |
| | | <u>42.828</u> | <u>62.538</u> | Outras contas a pagar | 17 | 49 | 42 |
| | | | | Impostos diferidos | 22 | 177 | - |
| | | | | Provisão para contingências | 24 | 13.857 | 11.239 |
| Direito de uso dos ativos | 12 | 3.781 | 3.385 | | | <u>305.645</u> | <u>269.448</u> |
| Imobilizado | 11 | 1.018.837 | 1.050.283 | Total do Passivo | | 550.325 | 537.331 |
| Intangível | | 1.045 | 1.279 | | | | |
| | | <u>1.023.663</u> | <u>1.054.947</u> | Patrimônio líquido | 18 | 621.419 | 648.598 |
| | | | | Capital social integralizado | | 119.259 | 120.604 |
| | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | 1.974 | - |
| | | | | Reserva legal | | 18.859 | - |
| | | | | Reserva de lucros | | - | (27.180) |
| | | | | Prejuízos acumulados | | - | - |
| | | | | Total patrimônio líquido | | 761.511 | 742.022 |
| Total do ativo | | 1.311.836 | 1.279.353 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.311.836 | 1.279.353 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | | | | | | | |
|---|------|----------------|----------------------------------|---------------|-------------------|-------------------------------|----------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) | | | | | | | |
| | Nota | Capital social | Ajustes de avaliação patrimonial | Reserva Legal | Reserva de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
| Em 31 de dezembro de 2019 | | <u>648.598</u> | <u>121.885</u> | - | - | <u>(36.388)</u> | <u>734.095</u> |
| Lucro exercício | | - | - | - | - | 7.927 | 7.927 |
| Realização do custo atribuído | 22 | - | (1.281) | - | - | 1.281 | - |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | <u>648.598</u> | <u>120.604</u> | - | - | <u>(27.180)</u> | <u>742.022</u> |
| Lucro do exercício | | - | - | - | - | 39.489 | 39.489 |
| Redução capital social | 18.1 | (27.179) | - | - | - | 27.179 | - |
| Constituição reserva legal | 18.4 | - | - | 1.974 | - | (1.974) | - |
| Distribuição dividendos | | - | - | - | - | (20.000) | (20.000) |
| Realização do custo atribuído | 22 | - | (1.345) | - | - | 1.345 | - |
| Transferência para reserva de lucros | | - | - | - | 18.859 | (18.859) | - |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | <u>621.419</u> | <u>119.259</u> | <u>1.974</u> | <u>18.859</u> | <u>-</u> | <u>761.511</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações de resultados | | | |
|---|------|-----------------|-----------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) | | | |
| | Nota | 2021 | 2020 |
| Receita de vendas e serviços | 19 | 432.767 | 347.821 |
| Custo das vendas e serviços | 20 | (255.579) | (215.927) |
| Lucro bruto | | <u>177.188</u> | <u>131.894</u> |
| Despesas administrativas | 20 | (14.324) | (13.389) |
| Despesas comerciais | 20 | (58.092) | (58.354) |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 20 | - | (1) |
| Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas | 20 | (2.326) | (2.434) |
| Lucro operacional | | <u>102.446</u> | <u>57.716</u> |
| Despesas financeiras | 21 | (46.921) | (46.701) |
| Receitas financeiras | 21 | 4.463 | 1.110 |
| Despesas financeiras, líquidas | 21 | <u>(42.458)</u> | <u>(45.591)</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>59.988</u> | <u>12.125</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | 22b | (20.500) | (4.198) |
| Lucro do exercício | | <u>39.488</u> | <u>7.927</u> |
| Resultado por ação (básico e diluído): | | 0,06153 | 0,01222 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | | | |
|---|------|------------------|-----------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) | | | |
| | Nota | 2021 | 2020 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social | | 59.988 | 12.125 |
| Valor residual de imobilizado baixado | 11 | 690 | 455 |
| Valor residual de intangível baixado | | 234 | - |
| Provisão para contingências | 24 | 2.618 | 1.728 |
| Depreciação e exaustão | 20 | 56.934 | 44.881 |
| Amortização | | 3.984 | 3.881 |
| Juros incorridos | 14 | 27.099 | 14.796 |
| Outras despesas financeiras | 21 | 13.184 | 14.182 |
| Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 14 | 5.985 | 49.636 |
| Variação dos contratos de swap / NDF | | 4.237 | 6.801 |
| Provisão crédito liquidação duvidosa | 8 | (151) | 1 |
| | | <u>174.802</u> | <u>148.486</u> |
| (Aumento) ou redução nos ativos | | | |
| Contas a receber de clientes | 8 | (7.319) | (1.392) |
| Estoques | 9 | (37.041) | 16.584 |
| Impostos a recuperar | 10 | 6.252 | 6.637 |
| Outros ativos | | (8.055) | 1.433 |
| Aumento ou (redução) nos passivos | | | |
| Fornecedores | 13 | 41.755 | 5.368 |
| Salários e encargos sociais | | 1.153 | 428 |
| Impostos a recolher | 16 | 38.505 | 28.468 |
| Outras contas a pagar | | (498) | 486 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | <u>209.554</u> | <u>206.498</u> |
| Juros pagos | 14 | (24.825) | (15.400) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (6.102) | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | <u>178.627</u> | <u>191.098</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | 11 | (26.178) | (42.374) |
| Aquisição de ativo intangível | | - | (196) |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | | <u>(26.178)</u> | <u>(42.570)</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Pagamentos de dividendos | 18 | (20.000) | - |
| Recebimento (pagamento) de SWAP/NDF | | 12.494 | (33.868) |
| Empréstimos e financiamentos tomados | 14 | 128.396 | 193.218 |
| Pagamentos de arrendamento mercantil principal | 16 | (3.662) | (1.339) |
| Pagamentos de empréstimos | 14 | (227.593) | (240.826) |
| Caixa líquido usado pelas atividades de financiamento | | <u>(110.365)</u> | <u>(82.815)</u> |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | | <u>42.084</u> | <u>65.713</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 7 | <u>72.855</u> | <u>7.142</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 7 | <u>114.939</u> | <u>72.855</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações de resultados abrangentes | | | |
|---|--|---------------|--------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) | | | |
| | | 2021 | 2020 |
| Lucro do exercício | | <u>39.488</u> | <u>7.927</u> |
| Outros resultados abrangentes | | - | - |
| Resultado abrangente total | | <u>39.488</u> | <u>7.927</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e extração de calcário. Sua atuação abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil, através do fornecimento de cimento e calcário para seus clientes e para sua controladora Supremo Cimentos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo, excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes de R\$ 665 (deficit de R\$ 106.014 em 31 de dezembro de 2020). Esta melhoria significativa é resultado da normalização das operações, alongamento dos prazos de vencimento de dívida financeira e das medidas tomadas pela Administração, após o período inicial de investimentos e de *start-up* da fábrica em 2015. De qualquer forma há que se destacar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia.

O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia está sendo reestabelecido à medida que ocorre uma maior de geração de caixa e que a Companhia vai elevando os prazos de pagamento da dívida financeira, o que permitirá uma melhoria da atual condição do seu capital circulante líquido. Em 2021 a Companhia, apresentou uma forte melhoria da situação financeira, devido à forte melhoria de geração de Caixa.

A Companhia concluiu o seu programa de investimentos em 2020, tendo havido uma redução da necessidade de recursos financeiros. As fontes de recursos foram financiamentos de curto/médio prazo com instituições bancárias.

A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contratando linhas de financiamentos de médio/longo prazo que viabilizem o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário de longo prazo é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atrelados diretamente ao Governo Federal.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020 a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos. Considerando a situação atual, a Empresa, não teve impacto nas vendas e fluxos de caixa.

Na sequência da forte melhoria operacional da Companhia, evolução de resultados, e do comportamento favorável de Caixa, a

Companhia procedeu em 2021 à distribuição de dividendos antecipados ao seu acionista Supremo Cimentos S.A.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;
- **Nota explicativa 11** – vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado
- **Nota explicativa 22** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 24** – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

•**Nota explicativa 25** – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*).

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

• Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

• Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

| | |
|--|--|
| Ativos financeiros a VJR | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |

A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

| | |
|----------------------------------|---|
| Empréstimos e recebíveis | Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. |
| Ativos financeiros ao VJR | Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado. |

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferir nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído **dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs/IFRS**. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(v) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(vi) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para

reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada como segue:

| | |
|-------------------------|--------------|
| Edificações | 40 anos |
| Jazidas minerais | 44 anos |
| Outros | 5-10 anos |
| Máquinas e equipamentos | 18 a 30 anos |

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

6.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

6.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

6.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

6.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.10 Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

6.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calcário.

As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador, haja vista que as vendas são substancialmente FOB (Free on Board).

b.Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c.Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a.Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d.Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) 66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Definição de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Divulgação de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7Caixa e equivalentes de caixa

| | | |
|---|----------------|---------------|
| | 2021 | 2020 |
| Caixa e depósitos bancários em conta-corrente | 3.668 | 1.527 |
| Aplicações financeiras | 111.271 | 71.328 |
| | 114.939 | 72.855 |

As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras brasileiras de primeira linha em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação entre 80% a 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

8 Contas a receber

| | 2021 | 2020 |
|---|---------------|---------------|
| Contas a receber de clientes terceiros | 26.349 | 19.674 |
| Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23) | 836 | 192 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) | (1.894) | (2.045) |
| | <u>25.291</u> | <u>17.821</u> |

A companhia não possui nenhum contrato de financiamento, com garantias vinculadas a duplicatas a receber em 31 de dezembro 2021 (31 de dezembro de 2020 é de R\$ 6.000).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---------------|---------------|
| A vencer | 25.474 | 17.640 |
| Vencidos até 90 dias | 166 | 182 |
| Vencidos até 180 dias | 5 | 5 |
| Vencidos acima de 180 dias | 1.540 | 2.039 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) | (1.894) | (2.045) |
| | <u>25.291</u> | <u>17.821</u> |

A imparidade para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

| | 2021 | 2020 |
|---------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | (2.045) | (2.044) |
| Constituições | (332) | (144) |
| Reversões | 543 | 143 |
| | <u>(1.894)</u> | <u>(2.045)</u> |

9 Estoques

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Matéria-prima e outros materiais | 68.349 | 35.683 |
| Produtos acabados | 6.909 | 2.534 |
| | <u>75.258</u> | <u>38.217</u> |

A Administração avalia de forma constante os estoques da Companhia quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como resultado destas avaliações, a Administração não identificou a necessidade de constituição de imparidade para perdas nos estoques da Companhia.

10 Impostos a recuperar

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| ICMS (a) | 8.788 | 8.482 |
| Imposto de renda retido na fonte | 4.857 | 5.119 |
| IPI | 2.190 | 672 |
| PIS/COFINS | - | 2.674 |
| PIS/COFINS sobre aquisição de ativo permanente | 44.662 | 49.917 |
| Outros | 134 | 19 |
| | <u>60.631</u> | <u>66.883</u> |

(-) Circulante

| | 2021 | 2020 |
|----------------|---------------|---------------|
| Não circulante | 18.559 | 19.585 |
| | <u>42.072</u> | <u>47.298</u> |

(a) A Companhia é beneficiária do Regime Especial nº 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense. Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Companhia acumulou o ICMS sobre essas aquisições que está compensando com o início da operação que ocorreu em Abril de 2015.

11 Imobilizado

| | Terrenos | Jazida Mineralis | Edificações | Máquinas e Equipamentos | Equipamentos Transporte | Veículos | Outros | Imobilizado em Andamento | Total |
|---------------------------|---------------|------------------|----------------|-------------------------|-------------------------|------------|--------------|--------------------------|------------------|
| Custo | | | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2020 | 35.147 | 193.402 | 317.605 | 570.692 | 8.406 | 183 | 8.091 | 109.279 | 1.242.805 |
| Adições | 543 | - | (2.507) | (10.164) | 7.673 | - | 1.004 | 45.825 | 42.374 |
| Baixas | - | - | - | (305) | (1.421) | (41) | (4) | - | (1.771) |
| Transferência | 100 | 1.410 | 36.787 | 104.390 | 4.507 | - | 772 | (147.966) | - |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 35.790 | 194.812 | 351.885 | 664.613 | 19.165 | 142 | 9.863 | 7.138 | 1.283.408 |
| Adições | - | - | 84 | 1.017 | 76 | - | 71 | 24.930 | 26.178 |
| Baixas | - | - | (525) | (110) | - | - | (12) | (575) | (1.222) |
| Transferência | 280 | 2.412 | 3.563 | 12.175 | - | - | (97) | (18.333) | - |
| Em 31 de dezembro de 2021 | <u>36.070</u> | <u>197.224</u> | <u>355.007</u> | <u>677.695</u> | <u>19.241</u> | <u>142</u> | <u>9.825</u> | <u>13.160</u> | <u>1.308.364</u> |

Depreciação e exaustão acumulados

| | Terrenos | Jazida Mineralis | Edificações | Máquinas e Equipamentos | Equipamentos Transporte | Veículos | Outros | Imobilizado em Andamento | Total |
|--|---------------|------------------|----------------|-------------------------|-------------------------|----------|--------------|--------------------------|------------------|
| Depreciação e exaustão acumulados | | | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2020 | - | (10.848) | (36.285) | (133.411) | (4.875) | (120) | (4.021) | - | (189.560) |
| Depreciação e exaustão | - | (2.710) | (9.702) | (39.158) | (1.351) | (28) | (987) | - | (53.936) |
| Baixa por alienação | - | - | - | 155 | 1.118 | 40 | 3 | - | 1.316 |
| Crédito Pis e Cofins | - | - | 1.017 | 8.001 | 34 | - | 3 | - | 9.055 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | - | (13.558) | (44.970) | (164.413) | (5.074) | (108) | (5.002) | - | (233.125) |
| Depreciação e exaustão | - | (4.606) | (11.600) | (44.585) | (1.594) | (28) | (1.110) | - | (63.523) |
| Baixa por alienação | - | - | 502 | 16 | - | - | 14 | - | 532 |
| Crédito Pis e Cofins | - | - | 1.069 | 5.495 | 10 | - | 15 | - | 6.589 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | - | (18.164) | (54.999) | (203.487) | (6.658) | (136) | (6.083) | - | (289.527) |
| Valor contábil | | | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2020 | 35.147 | 182.554 | 281.320 | 437.281 | 3.531 | 63 | 4.070 | 109.279 | 1.053.245 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 35.790 | 181.254 | 306.915 | 500.200 | 14.091 | 34 | 4.861 | 7.138 | 1.050.283 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | <u>36.070</u> | <u>179.060</u> | <u>300.008</u> | <u>474.208</u> | <u>12.583</u> | <u>6</u> | <u>3.742</u> | <u>13.160</u> | <u>1.018.837</u> |

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

12 Direito de uso de ativos

| | 31/12/2021 | | | | | |
|----------------------------|--------------|-----------|----------------------------|-----------|--------------------------|--------------|
| Imobilizado | Edificações | Terrenos | Equipamentos de Transporte | Veículos | Equipamentos Informatica | Total |
| Em 1º de janeiro de 2021 | 676 | - | 2.522 | 184 | 3 | 3.385 |
| Adições | 2.107 | 88 | 2.170 | 446 | 188 | 4.999 |
| Baixas | (493) | - | (2.703) | (45) | (81) | (619) |
| Amortização no período (*) | (713) | - | (2.703) | (26) | (36) | (3.984) |
| Saldo em 31/12/2021 | <u>1.571</u> | <u>88</u> | <u>1.989</u> | <u>59</u> | <u>74</u> | <u>3.781</u> |

(*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

13 Fornecedores

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Fornecedores nacionais | 28.802 | 28.047 |
| Fornecedores de ativo fixo nacionais | 981 | 1.550 |
| Fornecedores de ativo fixo mercado externo | 48 | 49 |
| Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa 23) | 57.528 | 15.958 |
| | <u>87.359</u> | <u>45.604</u> |

Os saldos a pagar são denominados em reais no caso de contas a pagar no mercado nacional e em dólares para as aquisições do mercado externo.

14 Empréstimos e financiamentos

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Empréstimos e financiamentos | 250.705 | 344.039 |
| Custos de captação recurso | (1.805) | (3.188) |
| Encargos | (4.848) | (3.748) |
| Total | <u>253.658</u> | <u>344.597</u> |

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

| Modalidade | Encargos anuais | Passivo | | | | | | |
|------------|-----------------|------------|------------|----------------|--------|--------|--------|--------|
| | | Vencimento | Circulante | Não circulante | | Total | | |
| | | Final | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| EKF/ELO | CDI+1,35% | 2025 | 20.050 | 20.050 | 50.125 | 70.169 | 70.175 | 90.219 |

| | 2021 | 2020 |
|-------------------|----------------|----------------|
| Custo de captação | - | - |
| recursos | (1.895) | (3.188) |
| Encargos | (3.188) | (1.895) |
| apropriados | (3.188) | (3.188) |
| | <u>2.348</u> | <u>1.265</u> |
| | <u>22.398</u> | <u>21.315</u> |
| | <u>48.230</u> | <u>66.981</u> |
| | <u>70.628</u> | <u>88.296</u> |
| BND | 10.862 | 60.645 |
| Encargos | 80.379 | 80.069 |
| apropriados | 91.241 | 140.714 |
| | <u>2.165</u> | <u>1.916</u> |
| | <u>13.027</u> | <u>62.561</u> |
| | <u>80.379</u> | <u>80.069</u> |
| | <u>93.406</u> | <u>142.630</u> |
| Capital de Giro | 89.288 | 113.107 |
| Encargos | - | - |
| apropriados | - | - |
| | <u>336</u> | <u>564</u> |
| | <u>89.624</u> | <u>113.671</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>89.624</u> | <u>113.671</u> |
| Total | <u>125.049</u> | <u>197.547</u> |
| | <u>128.609</u> | <u>147.050</u> |
| | <u>253.658</u> | <u>344.597</u> |

Em 16 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaneordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal no valor de R\$ 200.500 (saldo remanescente em 31 de dezembro de 2021 R\$ 70.175 e R\$ 90.219 em 31 de dezembro de 2020). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis, desde julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no valor de R\$ 202.500 (foi totalmente liquidado em 15 de julho de 2021. (R\$ 49.472 em 31 de dezembro de 2020).

Em 13 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000, tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos entretanto concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, permitindo o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil.

Em 2021 a Companhia contratou dois Empréstimo Externo sob a Lei no 4.131 com um banco estrangeiro. Tratam-se de financiamentos com principal de US\$ 7.000 e US\$ 16.000.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) /euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia atualiza o valor do empréstimo de USD para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos". Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo do instrumento derivativo de R\$ 2.151 foi classificado no passivo circulante (R\$ 10.409 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2020).

Neste mesmo período a companhia liquidou dois Empréstimos Externos no montante de US\$ 16.000 e USD\$ 7.000 e um financiamento na modalidade de CCB no montante de R\$ 30.000.

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (*covenants*). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de Dezembro de 2021, todos os indicadores foram atendidos, no entanto, a Administração da Companhia tinha obtido consentimento prévio para o não cumprimento junto das instituições financeiras, mantendo-se os vencimentos inicialmente pactuados.

Com relação ao Custo com Captação de Recursos, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia tem reconhecido contabilmente o valor de R\$ 1.895 (R\$ 3.188 em 2020), como reductora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015, a partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com o pronunciamento Técnico Contábil CPC 08.

O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 é demonstrado a seguir:

| Vencimento das parcelas | Valores em R\$ 2021 | Valores em R\$ 2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| Um ano (2022) | 125.049 | 197.547 |
| Dois anos (2023) | 33.084 | 31.096 |
| Três anos (2024) | 23.059 | 33.084 |
| Quatro anos (2025) | 23.059 | 33.084 |
| Maior ou igual a cinco anos (2025 e seguintes) | 49.407 | 49.786 |
| | <u>253.658</u> | <u>344.597</u> |

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2021:

| | Saldo inicial | Adições | Varição Cambial | Juros Incorridos | Amortização | Juros pagos | Saldo Final |
|-------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|----------------|
| Itaú | 30.407 | - | - | 1.596 | (30.000) | (2.003) | - |
| BNDES | 142.623 | - | 956 | 17.941 | (50.145) | (17.968) | 93.407 |
| EKF | 88.302 | - | - | 5.566 | (20.050) | (3.190) | 70.628 |
| Caixa Geral | 83.265 | 128.396 | 5.029 | 1.996 | (127.398) | (1.665) | 89.623 |
| | <u>344.597</u> | <u>128.396</u> | <u>5.985</u> | <u>27.099</u> | <u>(227.593)</u> | <u>(24.825)</u> | <u>253.658</u> |

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2020:

| | Saldo inicial | Adições | Varição Cambial | Juros Incorridos | Amortização | Juros pagos | Saldo Final |
|---------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|----------------|
| Itaú | 30.563 | 30.000 | 14.041 | 659 | (44.271) | (585) | 30.407 |
| BNDES | 88.240 | 91.242 | 12.521 | 3.782 | (47.701) | (5.460) | 142.597 |
| EKF | 107.247 | - | - | 7.056 | (20.050) | (5.951) | 88.302 |
| Deutsche Bank | 22.903 | - | 7.933 | 884 | (30.759) | (961) | - |
| Caixa Geral | 94.220 | 71.976 | 15.141 | 2.415 | (98.045) | (2.443) | 83.264 |
| | <u>343.173</u> | <u>193.218</u> | <u>49.636</u> | <u>14.796</u> | <u>(240.826)</u> | <u>(15.400)</u> | <u>344.597</u> |

15 Arrendamento mercantil

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

| Tempo determinado de arrendamento | Percentual |
|-----------------------------------|-------------|
| Até um ano | 9,57 % a.a |
| De um ano a três anos | 10,31 % a.a |
| De três anos a cinco anos | 11,03 % a.a |

Em 31/12/2021

| | |
|----------------------------------|--------------|
| Dívida reconhecida em 31/12/2020 | 3.756 |
| Pagamentos parcela | (3.662) |
| Adição | 5.637 |
| Baixas | (1.395) |
| Juros | (120) |
| Saldo 31 de dezembro de 2021 | <u>4.216</u> |

| Vencimento das parcelas 31/12/2021 | Valores em R\$ |
|------------------------------------|----------------|
|------------------------------------|----------------|

TODOS A BORDO

Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

A Rodoviária de Curitiba prevê pelo menos 23 mil embarques no feriado prolongado de Tiradentes, 30% mais do que em dias normais. O movimento deve se concentrar hoje, quando são esperados 13 mil passageiros, e ama-

nhã, com dez mil embarques.

O Interior do Paraná é o principal destino das viagens, com 40% de participação; seguido pelo Litoral do Estado (22%); Santa Catarina (18%); São Paulo (12%); Rio Grande do Sul (3%) e outros (3%).

“Com a melhora do cenário da pandemia, a flexibilização do uso de máscara e as pessoas voltando a viajar, acreditamos que o movimento vai ficar muito próximo do que verificamos em 2017, quando tivemos 23,3 mil embarques”, prevê Elcio dos Anjos, admi-

nistrador da Rodoviária.

Durante o feriado, haverá reforço para o atendimento com operações de agentes de trânsito nas áreas internas, bem como nos acessos ao terminal rodoviário, e aumento no efetivo da Guarda Municipal.

Páscoa

No último feriado de Páscoa, o número de embarques e desembarques superou o esperado e totalizou 56 mil – 150% a mais que os 22.400 registrados no mesmo período do ano passado.

Cesar Brustolin/SMCS



23 mil pessoas vão passar pela Rodoviária de Curitiba neste feriado de Tiradentes.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 01/2022

Camis Assessoria e Serviços Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 08.474.605/0001-26, sediada na Avenida Brasil, n. 2.440, Centro, Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, concessionária que administra os cemitérios municipais de Foz do Iguaçu, por meio do contrato administrativo n. 009/2008, e 1º aditivo na data de 04 setembro de 2014; com base na Lei Ordinária Municipal N. 4.034, de 22 de outubro de 2012, e Decreto Municipal n.2.9812/21, observando o Princípio da Razoabilidade, Interpretação sistemática e Analogia amparados pelo Direito Público, **vem publicar o edital de notificação das sepulturas para comparecimento nas secretarias dos cemitérios, visando sanar possíveis irregularidades, desatualização de cadastro, contratos de locações trienais findos, conforme levantamento realizado no Cemitério Municipal Jardim São Paulo, localizado na Avenida Felipe Wandscheer, n. 3.400, Jardim São Paulo, Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para que os titulares compareçam no prazo de 20 (vinte) dias, para regularizar a situação, tendo em vista notificação anterior enviada via correio. Passado o prazo e cumprido as demais publicações determinadas pela referida lei, os restos mortais existentes nas sepulturas serão exumados, devidamente identificados e remetidos ao ossário municipal, ficando as sepulturas disponíveis para atendimento da população.**

| Jazigo | Titulares | Jazigo | Titulares |
|---------|-------------------------------------|---------|---------------------------------------|
| 17.A-2 | ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS | 405.A-2 | RAFAEL TAVARES DE CAMPOS B. RODRIGUES |
| 19.A-2 | NERI BATISTA FELIX | 409.A-2 | ELIENE MARIA COSTA DE SOUZA |
| 22.A-2 | PEDRO CARMELINO RAMOS | 415.A-2 | FABRÍCIO MACHADO DONDONI |
| 24.A-2 | ADEVACIR IVO GUARDA | 418.A-2 | LUCIANO MARCOS RISSI |
| 24.A-2 | ALVACIR ROBERTO GUARDA | 420.A-2 | JOANA D'ARC MACHADO |
| 25.A-2 | TELMA ARAUJO DE MOURA | 421.A-2 | GILMAR DE MELLO |
| 25.A-2 | ADRIANA VIEIRA PERANDRE | 429.A-2 | GERALDO GONCALVES |
| 26.A-2 | QUINCIANA ESPINOZ | 455.A-2 | ORLANDO LOPES ARAUJO |
| 30.A-2 | CAROLINA DOS REIS | 459.A-2 | WELLINGTON ROQUE BASSO DE OLIVEIRA |
| 41.A-2 | THIAGO ZABOT | 460.A-2 | LUIZ CARLOS CAMPOS |
| 42.A-2 | HERCYLIA FERREIRA DE CARVALHO | 466.A-2 | SIRLEI BOTH |
| 52.A-2 | RODRIGO GONCALVES | 487.A-2 | MARCOS MONTEIRO ROCHA |
| 53.A-2 | ANTONIO MARCOS DA SILVA | 494.A-2 | ALEX YOSHIUKI WAKASSUGUI |
| 70.A-2 | LUCAS TORINO SILVA | 508.A-2 | NADIR AMARAL DE CAMPOS |
| 71.A-2 | ADAO NERI PEREIRA DA LUZ | 510.A-2 | CLAUDINEI DE OLIVEIRAPALES |
| 84.A-2 | IRINEU FERREIRA DOS SANTOS | 512.A-2 | INES MIORANCA |
| 85.A-2 | QUENEDI DE FATIMA CAETANO SOUZA | 515.A-2 | LEANDRA ALVES |
| 87.A-2 | CLEOMAR SOLEDADE | 529.A-2 | OSMAR DOS SANTOS PINTO |
| 96.A-2 | LUIZ ALTAIR DE OLIVEIRA | 533.A-2 | ANDREIA DENISE LINK NUNES |
| 100.A-2 | FERNANDO HIDEAKI SHIGEMATSU | 542.A-2 | MARLEI PALLO |
| 110.A-2 | MARIO ZABELINO ZARATEA FILHO | 551.A-2 | JOSIAS DIONISIO |
| 112.A-2 | REGINALDO DE OLIVEIRA FERNANDES | 559.A-2 | LUIZ ALVES DA SILVA |
| 116.A-2 | SUELI MIRES PAVAN | 566.A-2 | CLEUSA EMILIA SANGALETI MILANEZ |
| 119.A-2 | JAQUELINE BERNARDO DE | 568.A-2 | SANDRO DE AMORIM |
| 123.A-2 | SOUZA MACHADO | 572.A-2 | VENANCIO SAMUDIO |
| 125.A-2 | ANTONIO BATISTA | 593.A-2 | THAIS LUIZA ANDRADE RODRIGUES |
| 131.A-2 | EMERSON DOS SANTOS | 596.A-2 | MARTA MARIA DE JESUS JORGE |
| 136.A-2 | JURACI DE L. LOURDES LOPES | 598.A-2 | HELIO PEREIRA DE ALMEIDA |
| 142.A-2 | JARTURO GUILHERMO SAMANIEGO BENITEZ | 604.A-2 | PEDRO ARGEU VARGAS CRISTINE VAZ |
| 151.A-2 | NILSON CARNEIRO DURAES | 622.A-2 | MARCOS NASCIMENTO RORATO |
| 171.A-2 | VALDI GRIEBELER | 627.A-2 | DEONILDO ARISTEU TURCATO |
| 177.A-2 | EDIRLEI ROSANI BOGO | 638.A-2 | ADAO FERREIRA |
| 182.A-2 | NEIRE ANDRADE CORREA | 642.A-2 | ELZA CESAR NAVARRO DA SILVA |
| 189.A-2 | ARLINDO ASTRESSE | 646.A-2 | MARCIANO DUARTE |
| 194.A-2 | FABIO GONCALVES | 649.A-2 | ALESSANDRA DA SILVA |
| 201.A-2 | JESSICA WILLEBRINK DE SOUZA | 650.A-2 | EDUARDO GONCALVES |
| 210.A-2 | JOSE CELIO POMPEU DE CAMPOS | 667.A-2 | VANDERLEI DOS SANTOS BRANCO |
| 211.A-2 | VANDERLEI BEZERRA GOMES | 673.A-2 | CARLOS ALBERTO SANTIN |
| 216.A-2 | RODRIGO GOMES DOS SANTOS | 674.A-2 | JOANA GABRIELA FERNANDES MACENA |
| 218.A-2 | CRISTINA PEREIRA DA SILVA | | |
| 221.A-2 | MARCIO LUIZ TEIXEIRA | | |
| 224.A-2 | ANTONIO CARDOSO SIQUEIRA NETO | 678.A-2 | JOSUE DE ALMEIDA |
| 225.A-2 | ALCEBIADES RAMOS | 697.A-2 | VANESSA FERREIRA CALEGARI |
| 229.A-2 | ANANIAS DE ASSIS | 698.A-2 | ROBSON LUIS MORAIS DE OLIVEIRA |
| 230.A-2 | VALDINEY APARECIDO COSTA | 706.A-2 | MAVEL GONCALVES |
| 231.A-2 | ANTONIA LAUREANO PARTICHELI | 708.A-2 | MARILEI PADILHA |
| 239.A-2 | DANIELA ZERVES | 709.A-2 | MARILEI PADILHA |
| 244.A-2 | ELISANGELA DE BRITO E SILVA | 712.A-2 | DERI RONI ESTEVES SANTOS |
| 245.A-2 | ALEXANDRA DA PAZ RODRIGUES | 718.A-2 | ADRIANA SACOMAN DE FREITAS |
| 252.A-2 | TERESINHA DE FATIMA GOMES M. LOPES | 722.A-2 | JOAO MARIA GUEDES |
| 263.A-2 | ELIZABETH DA SILVA CHAGAS | 735.A-2 | MARIA APARECIDA DOS SANTOS |
| 277.A-2 | ANADIR DOS SANTOS MARTINS | 750.A-2 | NADIA SIPRIANO DOS SANTOS |
| 279.A-2 | EDNA SOARES PEREIRA | 758.A-2 | ISABEL MARIA DAMASCENO |
| 299.A-2 | MARIA ALICE PEREIRA REIS | 773.A-2 | JOCELINO SEVERINO DE LIMA |
| 307.A-2 | ANA COSTA XAVIER BERENGUER DA SILVA | 776.A-2 | ODAIR PEREIRA |
| 329.A-2 | PAULO DENIZ RIBEIRO | 788.A-2 | MIRIAM AMARAL DE OLIVEIRA |
| 331.A-2 | BRUNO GAEDIKE | 792.A-2 | NELSON ZACARIAS |
| 332.A-2 | MARA DUARTE DOMINGUES | 806.A-2 | GLYCON VINICIUS ROCHA ANDRETTA |
| 333.A-2 | MILEIDI MUCHUT PINZAN | 826.A-2 | APARECIDO ANTONIO SUTIL |
| 372.A-2 | DIEGO BUENO DE OLIVEIRA | 831.A-2 | STEPHANI KYEROLIM DE CASTRO COSTA |
| 384.A-2 | PAULO FERREIRA DOS SANTOS | 839.A-2 | RONIVAL RONALDO RAGADALI |
| 385.A-2 | HELIO DE OLIVEIRA NANTES | 847.A-2 | IRACEMA DE OLIVEIRA |
| 389.A-2 | ANDRE APARECIDO DA SILVA | 854.A-2 | MARIA DE FATIMA OLIVEIRA GIOTTI |
| | | 856.A-2 | SIDO MACHOTA |

| Jazigo | Titulares | Jazigo | Titulares |
|-----------|----------------------------|---------|-------------------------------|
| 01.01CC-2 | EDUARDO CURI ELAGE | 11.33-2 | JORGE SAMPAJO DE CASTILHA |
| 03.01CC-2 | CLAIR RAMIREZ | 12.33-2 | GENI BROSL AVETZ COSTA |
| 05.01CC-2 | DERCIO ANTONHOLI DA COSTA | 16.33-2 | JOSE MARCOS BRANDAO |
| 07.01CC-2 | JOSE RIBEIRO DA ROCHA | 26.33-2 | MARCO ANTONIO DA FONSECA |
| 10.01CC-2 | CARLOS ALBERTO CHIAPIN | 29.33-2 | JAIR SOARES DE LIMA |
| 11.01CC-2 | GILMAR SILVA COSTA | 30.33-2 | SERGIO ADRIANO LOCATELLI |
| 15.01CC-2 | MARCONDES VARGAS WITCEL | 33.33-2 | FLAVIO DUARTE VERA |
| 16.01CC-2 | MILSON TORMES | | MARA LIZ DUARTE VERA |
| 18.01CC-2 | VALDEMIR JOSE DE ALMEIDA | 36.33-2 | ANDREIA TRINDADE CAMARGO |
| 19.01CC-2 | ELISEU DERLI KLAUS | 49.33-2 | LUCAS EDUARDO DE OLIVEIRA |
| 21.01CC-2 | JULIA DO NASCIMENTO | 54.33-2 | GILBERTO FERNANDES DOS SANTOS |
| 23.01CC-2 | DANILLO RODRIGUES DE SOUZA | 61.33-2 | MARIA APARECIDA MARQUES |
| 28.01CC-2 | RONILDO DO NASCIMENTO | 64.33-2 | DANIEL OLIVEIRA DA SILVA |

| | |
|-----------|----------------------------------|
| 29.01CC-2 | LUCIANA RIBEIRO |
| 31.01CC-2 | CARLINHOS RODRIGUES DA SILVA |
| 33.01CC-2 | WALMIR POZZA PATUZO |
| 34.01CC-2 | CLAUDETE TAZZO |
| 35.01CC-2 | MARIA GRACIELA BENITEZ |
| 38.01CC-2 | VANDERLEI ARGINO DE OLIVEIRA |
| 39.01CC-2 | MILMAR MATTE |
| 42.01CC-2 | OSCAR GOMES DA SILVA |
| 43.01CC-2 | ANTONINHO RIBEIRO DA SILVA |
| 44.01CC-2 | ANDERSON NERI DA SILVA |
| 45.01CC-2 | ANDERSON CLAYTON COFFE |
| 46.01CC-2 | ELEMAR ROQUE SORENSEN |
| 47.01CC-2 | AMARILDO ADAO DOS SANTOS MARTINS |
| 48.01CC-2 | REGIANE SANTOS DE JESUS |
| 49.01CC-2 | LUIZ CARLOS GRANELLA |
| 51.01CC-2 | CARLA REZNER |
| 53.01CC-2 | JURANDIR SAVALLISCH FERAZ |
| 55.01CC-2 | NATALICIA DA ROSA |
| 58.01CC-2 | TEREZINHA BARBARO |
| 59.01CC-2 | JOSE APARECIDO DA SILVA |



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

FALECIMENTOS

- Luiz Arcélio Novacki**, 50 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.
- Leandro Aparecido Franco de Andrade**, 28 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal Bom Jesus dos Passos (Piraquara).
- Alceu de Oliveira**, 92 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.
- Celina Aparecida Ribeiro**, 70 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Santa Cândida.
- Márcio Soares**, 53 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial Colônia Orleans.
- Jandira Rosa de Oliveira**, 93 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Senhor do Bonfim (S.J.Pinhais).
- Antônio da Cunha Santos Júnior**, 45 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vaticano (Alm. Tamandaré).
- Josenei Hartmann**, 26 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Jacuí.
- Maria Cândida de Oliveira Eusébio**, 86 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).
- Waldemar Jesus Nielsen**, 70 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vertical.
- José Antônio Raldi Sobrinho**, 79 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade (Pinhais).
- Ricardo Henschel**, 86 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade.
- Sidilene da Silva dos Santos**, 52 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.
- Odete Schelipake Cotta**, 91 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.
- Regina da Silva Palota**, 79 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

TBR200422 pdf

Código do documento 86d06355-f4d3-44d8-9692-08792719a37e



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

19 Apr 2022, 22:26:21

Documento 86d06355-f4d3-44d8-9692-08792719a37e **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-19T22:26:21-03:00

19 Apr 2022, 22:27:02

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-19T22:27:02-03:00

19 Apr 2022, 22:27:33

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.157.199 (bfb19dc7.virtua.com.br porta: 23466). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2022-04-19T22:27:33-03:00

Hash do documento original

(SHA256):faa1da61e4ecb9c36944d732b8d8f3af63d6fedff9af38129f63e79cea1c72e4

(SHA512):5b30e06274979b974b725ad3aba1e66765bbb9212adbbad3918cf884eb9e98b8f4ee848bcb5679aad8110dcbc59841b9a038c43c830ee59bf470dcfd3cf298b0

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign